
De: usbraga <usbraga@gmail.com>
Enviado: quinta-feira, 19 de dezembro de 2019 19:04
Para: Comissão 10ª - CTSS XIV
Assunto: Apreciação do PROJETO DE LEI N 5/XIV/1.ª
Anexos: PL5XIV.pdf

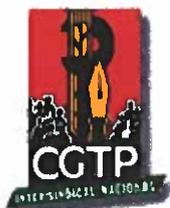
Ex.mos Sr.

Junto enviamos nossa apreciação do PROJETO DE LEI N. 5/XIV/1.ª

Com os melhores cumprimentos,

P/Direcção da USB/CGTP-IN

Raquel Gallego



USB/CGTP-IN

União dos Sindicatos do Distrito de Braga | CGTP-IN

Rua dos Biscaínhos, 81/87

4700-415 Braga

Portugal

Telefone: [+351 253 217867](tel:+351253217867)

Móvel: [+351 96 4248177](tel:+351964248177)

Fax: [+351 253 217877](tel:+351253217877)

E-mail: usbraga@gmail.com

Webpage: <http://uniaosindicatosbraga.blogspot.pt/>



Precisa mesmo de imprimir? Decida a favor do Ambiente!

- Confidencialidade -

Este email, e qualquer ficheiro anexo ao mesmo, contém informação de carácter confidencial e exclusivamente dirigida ao(s) seu(s) destinatário(s). É proibida a sua divulgação, cópia ou distribuição a terceiros sem a prévia autorização, em virtude da legislação vigente. Se recebeu este email por erro, solicitamos que nos comunique de imediato por esta mesma via e proceda à sua destruição.



UNIÃO DOS SINDICATOS DO DISTRITO DE BRAGA

Projecto de Lei nº 5/XIV (PCP)

**Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores (décima Sexta alteração à Lei 7/2009 de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)
(Separata nº1, DAR, de 19 de Novembro de 2019)**

APRECIAÇÃO DA UNIÃO DOS SINDICATOS DE BRAGA/CGTP-IN

O projecto de Lei n.º 5/XIV apresentado à Assembleia da República pelo PCP visa consagrar a redução do período normal de tempo de trabalho para 35 horas semanais, para todos os trabalhadores.

Na opinião da USB/CGTP-IN, a redução do horário de trabalho, sem redução de salário justifica-se porque se trata de uma medida da mais elementar justiça para quem trabalha, proporcionadora de progresso e justiça social.

Esta medida reveste uma especial importância também em matéria de distribuição da riqueza, considerando que o principal elemento da exploração da mais-valia sobre os trabalhadores incide, como é sabido, no tempo de trabalho e na sua duração. Assim, menos tempo de trabalho prestado, sem perda salarial, significa maior distribuição de riqueza do capital para o trabalho, o que não deixa de constituir um argumento fundamental num período em que se agrava, de forma dramática, o fosso entre ricos e pobres, bem como a disparidade entre a proporção de riqueza produzida que é apropriada pela capital e aquela que é destinada a retribuir o trabalho prestado.

Assim, partindo do reconhecimento de que a organização do tempo de trabalho constitui um factor vital para a qualidade de vida dos trabalhadores, constata-se uma contradição entre o aumento contínuo da produtividade (subiu 20% entre 1999 e 2019), que cria condições objectivas para a redução do tempo de trabalho e para a sua organização, tendo mais em conta as necessidades sociais dos trabalhadores e, por outro lado, as posições retrógradas do patronato no sentido de impor o prolongamento, a intensificação e desregulamentação dos tempos de trabalho, com a subordinação dos direitos dos trabalhadores aos interesses das empresas e a tentativa da individualização da negociação do horário de trabalho, com o intuito retirar vantagem da maior vulnerabilidade do trabalhador, individualmente considerado.

Com efeito, as alterações ocorridas nos últimos anos, relativas à organização do tempo de trabalho, centraram-se em flexibilizar ao máximo os interesses das empresas, relegando para segundo plano as necessidades dos trabalhadores e violando, quer o princípio da conciliação da vida familiar e pessoal com a vida profissional, quer o direito ao repouso e aos lazeres.

Por fim, igualmente relevante é também garantir que os resultados dos avanços técnicos e científicos se repercutam em políticas laborais mais humanas, ao invés de contribuírem para a concentração da riqueza pelos grandes grupos económicos.

Por outro lado, a redução do horário de trabalho, sem redução de salário justifica-se, justifica-se também por uma questão de igualdade e progresso dos direitos laborais, equiparando sectores público e privado, uma vez que, como a USB/CGTP-IN sempre defendeu, a realidade tem vindo a demonstrar o acerto da reposição do direito às 35 horas semanais na administração pública.

Neste sentido e nos termos propostos a USB/CGTP-IN está de acordo com a proposta apresentada.

19 de Dezembro de 2019